
De Moçambique e Angola para a África do Sul

Entrevista com Pamila Gupta

Cláudia Pereira

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

OEm Conversations With

11

dezembro de 2018

Pamila Gupta é Professora Associada do Wits Institute for Social and Economic Research (WISER), na Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul. É doutorada em Antropologia Sociocultural pela Columbia University. A sua investigação incide sobre vínculos e legados lusófonos (pós) coloniais na Índia e em África. Tem publicado nas revistas *Interventions*, *South African Historical Journal*, *African Studies*, *Critical Arts*, *Journal of Asian and African Studies*, *Ler História* e *Ecologie&Politique*. Co-organizou *Eyes Across the Water: Navigating the Indian Ocean*, com Isabel Hofmeyr e Michael Pearson (UNISA, 2010). Em 2014, publicou *The Relic State: St. Francis Xavier and the Politics of Ritual in Portuguese India*, na Manchester University Press. A sua mais recente colecção de ensaios, intitulada *Portuguese Decolonization in the Indian Ocean World: History and Ethnography*, foi publicada pela Bloomsbury Press, em 2018.

Palavras-chave Emigração portuguesa, emigração portuguesa para a África do Sul, migrações coloniais.

Title From Mozambique and Angola to South Africa.

Pamila Gupta is an Associate Professor at WISER (Wits Institute for Social and Economic Research) at the University of Witwatersrand in Johannesburg, South Africa. She holds a PhD in Socio-cultural Anthropology from Columbia University. Her research explores Lusophone (post)colonial links and legacies in India and Africa. She has published in *Interventions*, the *South African Historical Journal*, *African Studies*, *Critical Arts*, the *Journal of Asian and African Studies*, *Ler História, Ecologie & Politique*, and *Public Culture*, and is the co-editor of *Eyes Across the Water: Navigating the Indian Ocean* with Isabel Hofmeyr and Michael Pearson (UNISA, 2010). Her monograph entitled *The Relic State: St. Francis Xavier and the Politics of Ritual in Portuguese India* was published in 2014 by Manchester University Press. Her newest collection of essays entitled *Portuguese Decolonization in the Indian Ocean World: History and Ethnography* was published by Bloomsbury Press in 2018.

Keywords Portuguese emigration, Portuguese emigration to South Africa, colonial migration.

Observatório da Emigração (à frente OEm) – Sabemos que a migração portuguesa não é o seu objeto de estudo específico, mas acabou por integrá-lo durante o trabalho de pesquisa que realizou. Como é que este tema surgiu no seu percurso académico e profissional?

Pamila Gupta (à frente PG) – Fiz a minha pesquisa de doutoramento em Goa, sobre a história da exposição do corpo de S. Francisco Xavier. Depois mudei-me para Joanesburgo e comecei a dar aulas na Universidade de Witwatersrand, onde tive uma bolsa de pós-doutoramento. Quando comecei a pensar num projecto de pós-doutoramento, achei que seria interessante olhar para Moçambique por ter sido uma colónia portuguesa e pelas suas possíveis ligações a Goa. Ao pesquisar a longa história de migração goesa para Moçambique, fui ao encontro dos portugueses de Moçambique e dos portugueses de Angola que migraram para a África do Sul depois de 1974. O facto de estar a viver em Joanesburgo ajudou-me a perceber que há diferentes tipos de imigração portuguesa numa mesma cidade. Há indicadores que mostram essa história, como por exemplo, poder-se comer pastéis de Belém. Comecei então a interessar-me pelos três tipos de imigrantes portugueses que se encontram na África do Sul: os da Madeira, os de Angola e os de Moçambique. Obviamente há uma história mais longa dos descendentes dos portugueses que foram com Vasco da Gama para a Índia e que ficaram na costa africana, havendo comemorações nesse sentido e locais assinalados ao longo da costa. Houve também comerciantes que vieram nos séculos XVII e XVIII para África do Sul, que depois casaram com africânderes. O primeiro grande grupo de imigrantes portugueses foram os que chegaram principalmente da Madeira, mas também alguns dos Açores. Há uma pequena percentagem descendente de açorianos, mas não sei quando chegaram inicialmente à África do Sul e o seu número exacto. Os madeirenses começaram a chegar por volta de 1850, mas eu foquei-me nos que se deslocaram a partir de 1950, quando houve uma grande seca na Madeira e não havia água suficiente para a agricultura. Tal levou os agricultores a emigrarem para a África do Sul porque existia uma rede de contactos com os que tinham emigrado no século anterior. Foi uma emigração em grande escala, que chegava de barco, de madeirenses sem papéis para se legalizarem, mas que mesmo assim conseguiram ficar no país.

OEm – Em que é que se empregaram os madeirenses na África do Sul?

PG – Maioritariamente em lojas e em quintas, como trabalhadores agrícolas na horticultura e fruticultura. Muitos dos que estavam em quintas, ou que eram empregados em lojas, passaram a ter lojas e a vender vegetais e fruta daí originários. Isto aconteceu durante o *apartheid* na África do Sul. Montaram as lojas em áreas marginais e vendiam os produtos aos “pretos” (este é o termo que utilizam). Assim, sendo “brancos” (é também este o termo que utilizam) e vendendo aos “pretos”, estavam entre a população e numa zona liminar, das margens, passando a ser *brokers* (intermediários). *Brokers* no sentido em que eram negociadores, eram “brancos” e venderem a “pretos”. Havia muitos africânderes que não

queriam ter esse tipo de trabalho, o que levou os portugueses a criarem um mercado, abrindo pequenas mercearias em comunidades que outros “brancos” não frequentavam, vendendo produtos que os “pretos” precisavam. Assim, os portugueses com mais força de vontade e confortáveis a vender em áreas onde apenas viviam “pretos”, fixaram-se em pequenas cidades, ao invés dos restantes “brancos” na África do Sul. Eles poderiam não estar dispostos a viver lá, mas estavam dispostos a ter lá lojas. Por isso, passaram a ser conhecidos pela boa qualidade da fruta e dos vegetais que vendiam, o que continuou no período pós-*apartheid*, depois de 1994. Esta é uma parte da história que me interessa na minha pesquisa, mas que, embora esteja bastante motivada para contextualizar melhor, ainda não explorei suficientemente.

OEm – Falou de mais dois grupos de portugueses que foram para a África do Sul. Pode aprofundar mais essa questão?

PG – Um segundo grupo dos imigrantes portugueses que chegaram à África do Sul são os portugueses vindos de Angola, que estavam inseridos na estrutura colonial desse país. É preciso referir que o chamado mundo lusófono estava sempre em circulação. Ou seja, entre as ex-colónias portuguesas havia grande circulação de portugueses, como nos casos de Angola e Moçambique. É, portanto, difícil dizer quem vinha de onde. Comecei a fazer histórias de vida dos portugueses vindos de Angola para a África do Sul depois de 1975, com o intuito de conhecer melhor os seus percursos. Alguns exemplos: o migrante nasceu em Angola; os pais nasceram em Angola; nasceram em Portugal e depois foram para Angola; nasceram em Portugal e foram para Moçambique e depois para Angola. Há vários padrões, mas gostaria de salientar o argumento de que havia um grande movimento do mundo lusófono em África. O que é interessante neste segundo grupo é que são maioritariamente uma elite vinda de Angola para a África do Sul. Assim, se a maioria do primeiro grupo se torna trabalhadores agrícolas, os segundos são uma elite de passado colonial, vinda principalmente de Angola.

OEm – Esta elite de portugueses vinda de Angola era bastante qualificada? Estou a lembrar-me da entrevista da [Cláudia Castelo](#) que falou desse especto ao Observatório da Emigração.

PG – Exactamente. Angola e Moçambique foram países que, ao longo da história, receberam médicos de Portugal porque precisavam de médicos especializados. Muitos dos portugueses que vieram de Angola tiveram de fazer uso das suas ligações portuguesas, de modo a obterem os papéis para conseguirem ficar no país. Alguns empregaram-se na indústria mineira, como gerentes, por exemplo. Um deles, que trabalhava nas minas, queria falar com um tio de Moçambique que falava português, mas o patrão dele não gostava que falasse com o tio em português, para além de ele usar as casas-de-banho dos trabalhadores e o patrão querer que ele usasse a casa de banho dos “brancos”. Uma outra mulher, por exemplo, com bastante

poder económico e da elite, tinha 14 anos quando imigrou e o pai já tinha comprado propriedades na África do Sul a prever a descolonização; foi uma família que se deu bastante bem na África do Sul por ter um grande poder económico. Em termos gerais, não se tornaram donos de lojas – como os portugueses da Madeira – e foram, maioritariamente, para empregos mais qualificados, embora tivessem levado algum tempo a conseguí-los. Alguns passaram por bastantes dificuldades económicas até conseguirem bons empregos. Eles eram considerados refugiados na África do Sul, por isso foram bastante ajudados pela igreja católica formada principalmente por portugueses de Portugal, vindos da Madeira, que se identificaram com os portugueses de Angola por serem também portugueses.

OEm – Através das pessoas ligadas a Portugal e que falavam e falam português...

PG – Sim. É uma perspetiva diferente. Se pensarmos que a migração portuguesa fornece um dos ângulos para analisarmos a história da África do Sul, através da língua que liga diferentes tipos de portugueses neste país, e que ainda está pouco explorada. Quando se fala da migração na África do Sul relaciona-se logo com a migração que foi direta para lá. No entanto, eu acho que tem de se ver de uma forma circular, a partir dos países que formam a parte sul do continente africano e que estão interligados historicamente, visto que havia grande circulação entre estes países através dos portugueses de Angola e de Moçambique que migraram para a África do Sul.

OEm – Em relação ao terceiro grupo de portugueses que foi a partir de Moçambique, aconteceu na mesma altura que os de Angola, em 1975?

PG – Sim, embora os de Moçambique tenham chegado sensivelmente mais cedo à África do Sul porque a descolonização lá teve lugar cerca de seis meses antes. Esta é uma migração em maior número do que os que vieram de Angola. Para os portugueses vindos de Moçambique era muito mais rápido chegar a África do Sul do que para os vindos de Angola. Por ser muito mais perto, bastava-lhes atravessar a fronteira, não tendo de passar pela Namíbia e pelos campos de refugiados. É interessante que foram muito menos fiscalizados a entrar na África do Sul do que os de Angola. Por este motivo, foi também mais fácil para eles entrarem de forma ilegal na África do Sul, porque essa fronteira não estava tão reforçada com militares e polícia como estava a da Namíbia. A Namíbia era uma colónia alemã e, quando o deixou de ser no final da Primeira Guerra Mundial, passou a ser administrada, como disse anteriormente, pela África do Sul, até à sua independência em 1990 (antes do fim do *apartheid*). Em termos de classe, os portugueses de Moçambique eram normalmente de classe média, por comparação aos portugueses de Angola. O padrão dos portugueses de Moçambique é, por isso, diferente, onde a maioria é da classe média e apenas alguns da elite. Alguns passaram a servir os outros portugueses, como por exemplo em peixarias, floristas ou

lojas com produtos importados de Portugal. Há muitas mais ligações históricas entre a África do Sul e Moçambique do que entre a África do Sul e Angola, e por isso, é muito mais fácil aos portugueses de Moçambique integrarem-se na África do Sul. Falam inglês mais facilmente e estão menos isolados.

OEm – Quais as razões subjacentes à ida de portugueses para a África do Sul?

PG – Muitos portugueses escolheram também ir para a África do Sul porque continuariam a estar em África, não podiam voltar para Angola porque havia guerra civil, e o mesmo se passava em Moçambique. A guerra civil destes dois países foi um período em que os portugueses não sabiam o que fazer. Eles sabiam que havia portugueses na África do Sul, que já estavam aí estabelecidos há vários anos. Mas o motivo principal era ir para um país de África, por se considerarem africanos num certo sentido. Assim, a África do Sul tornou-se uma outra possibilidade. Há também aqui um outro dado analítico que é a ideia de uma etnografia de descolonização. Penso que é interessante pensar na descolonização portuguesa como uma forma de produção de diáspora. Mais precisamente, quando houve a descolonização, as pessoas tiveram de fazer escolhas sobre para onde ir. Alguns portugueses (ou descendentes) voltaram para Portugal, mas outros não, não tinham autorização ou não tinham razões para voltar. Portanto, ao terem de fazer escolhas, se estavam em África pensaram: e porque não ir para a África do Sul? Assim, a ideia da etnografia da descolonização envolve o segundo e o terceiro grupo: os portugueses vindos de Angola e Moçambique, aquando da sua descolonização. Concretamente em relação aos de Angola, a maioria foi para Portugal, alguns para o Brasil e outros para a África do Sul. Em relação aos de Moçambique, a maioria foi também para Portugal e os restantes para África do Sul. Porém, houve portugueses de Angola e de Moçambique que foram para Portugal e, posteriormente, decidiram ir para a África do Sul e fixar-se lá. A ideia de “retornados” na altura era bastante forte e isso forçou a migração dos chamados retornados que chegaram a Portugal e se quiseram ir embora. As pessoas estavam em comunicação umas com as outras, e por isso, ouviam a experiência de uma família que tinha tido bastantes dificuldades em Portugal e pensavam: eu não vou para lá. Todavia, também há aqui uma questão de classe. As pessoas que puderam voltar ou ir para Portugal pertenciam geralmente à elite e eram mais qualificadas que os portugueses, que não lhes deram muito espaço na sociedade. Ao não terem muito espaço na sociedade portuguesa, vários escolheram ir para a África do Sul. É necessária mais investigação sobre este tópico, mas é algo que sobressai das histórias de vida que recolhi. Fiz histórias de vida de vários portugueses que apresentaram este mesmo padrão. Por exemplo, uma das mulheres que entrevistei pertencia à elite e foi-lhe dado bilhete de primeira classe para sair de Angola e ir para Portugal, o que se enquadra com outros testemunhos. Por outro lado, uma outra mulher disse que gostaria de ter ido para Portugal, mas não tinha dinheiro para o bilhete e teve de ir

de carro para um outro país próximo com a sua família, tal como aconteceu noutros testemunhos. Logo, houve os retornados, mas também muitos outros portugueses pelo meio que tomaram decisões diferentes aquando da descolonização.

OEm – Através dos testemunhos dos intervenientes, pôde aceder às suas próprias versões da descolonização e da posterior migração para África do Sul, retratando narrativas pouco exploradas.

PG – Sim. Eu queria conhecer melhor essa realidade e percebi que os documentos nos arquivos não tinham vários dados etnográficos em que eu estava interessada, sendo muito mais enriquecedor obtê-los a partir das pessoas que tinham vivido o processo e que estão vivas. Como sou antropóloga com formação também em história, estava bastante interessada na forma como as pessoas narravam as experiências, para além dos factos em si. Eu pretendia retratar etnograficamente a descolonização. Quando me refiro a etnografia, estou a falar dos testemunhos orais, dos métodos da antropologia como a observação participante e a recolha de histórias de vida. Para mim foi fascinante conhecer estes padrões migratórios. Vim a Lisboa para uma conferência, em 2008, com o tema, *Narrating the Portuguese Diaspora*, e creio que fui uma das duas únicas pessoas que fez uma apresentação sobre África. Todos os outros investigadores focaram o Canadá, os EUA ou a Europa. Foi estimulante porque a minha comunicação levou a que outros conferencistas falassem das experiências dos seus próprios familiares e das suas relações com África. A migração dos portugueses em África engloba-se numa migração lusófona mais abrangente e teve um papel maior do que pensamos. Alguns dos portugueses que viveram em Moçambique e vieram para Portugal tiveram familiares seus que emigraram para o Canadá ou Europa, e cresceram com as memórias de alguém falar de África, sem estar documentado como parte da história do padrão de migração portuguesa. Penso que também é importante caracterizar as diferentes categorias de portugueses e isso é bastante complexo. Se pensarmos em Angola, Namíbia, África do Sul, e também Moçambique percebemos que todos estes países estavam interligados através deste padrão de migrações. Há uma grande interligação lusófona dentro de África do Sul devido à migração dos portugueses.

OEm – Pode explorar um pouco mais as diferentes categorias em torno dos portugueses?

PG – Aqui surgem várias questões: quando falamos da diáspora portuguesa estamos a referir-nos especificamente aos portugueses “brancos”? E quando discutimos a história do hibridismo, como é que se pode classificar quem é “branco”, e quem não é “branco”, e quem é “misto”? Quem é em parte “africano” e em parte “português”? Quem é em parte “indiano”, e em parte “goês”, e em parte “português”? Muitas das decisões foram baseadas em padrões de casamentos. Por exemplo, um português considerado “branco” casado com uma angolana

“mista”, em princípio, decidiu ir para a África do Sul, em vez de ir para Portugal. Assim, é necessário também problematizar a categoria de “português” porque é uma categoria complicada neste contexto. As estatísticas pretendiam mostrar que os portugueses eram os “portugueses brancos”, mas não é claro que eles tenham nascido como “portugueses brancos”. Muitas das experiências que me foram contadas mencionavam a “cor ligeiramente escura” dos portugueses que tiveram alguma “mistura” entre os antepassados que vieram para a África do Sul, não eram suficientemente “brancos”, e que adotaram estratégias para serem vistos como “brancos”. Quando fiz histórias de vida de portugueses de Angola que foram para a África do Sul, tentei fazer de gerações diferentes e descobri que, o que se torna aqui bastante interessante, é que têm de aprender a ser “brancos”. Escrevi um artigo sobre este tema, “Going for a Sunday drive: Angola decolonization, learning whiteness and the Portuguese Diaspora of South Africa”, que podem consultar na **bibliografia** do website do Observatório. Na minha pesquisa sobre a migração goesa para Moçambique, do que era a Índia Portuguesa para a África Oriental Portuguesa, os goeses eram considerados como “portugueses” pelos africanos em termos de estatuto, e a questão é: eles hoje podem (ou não) ser englobados como parte da diáspora portuguesa? Ainda não tenho conclusões porque é uma área que precisa de mais investigação. O mesmo acontece com a migração dos moçambicanos “pretos” para África do Sul que na altura eram “portugueses”. De alguma forma, a diáspora portuguesa é um conceito confuso e complexo no que respeita às implicações de raça.

OEm – Havia alguma designação para os portugueses mais “escuros”?

PG – No artigo que escrevi sobre esta ideia de se tornarem “brancos”, refiro o exemplo de um português de Angola que me confessou que teve de esconder o seu tio no porta-bagagem do carro porque sabiam que os sul-africanos “brancos”, como os africânderes, que eram polícias, não o iriam deixar entrar na África do Sul, devido à sua cor de pele mais “escura”. Há várias histórias interessantes de como as pessoas adotaram diferentes estratégias para sobreviver. Os africânderes não gostavam que eles fossem católicos, eles eram protestantes e preferiam imigrantes protestantes. Foi muito complicado porque queriam que os imigrantes portugueses de Angola estudassem a Bíblia, tal como os protestantes; queriam que eles aprendessem inglês, e os imigrantes portugueses não falavam inglês; queriam integrá-los na cultura “branca” de África do Sul.

OEm – E, portanto, depois da descolonização passa a haver portugueses da Madeira, de Angola e de Moçambique na África do Sul, como disse no início...

PG – Sim. Passa também a haver discriminação entre os próprios portugueses. Por exemplo, os da Madeira não gostam muito dos de Angola e os de Angola também não gostam muito dos da Madeira, entre eles há tensões de classe e bastantes diferenças. Por isso, vários

portugueses que entrevistei vindos de Angola chamam “*fish and chips*” aos da Madeira. Ao chamarem-lhes “peixe e batatas fritas” estão a fazer um comentário depreciativo por só comerem peixe e batatas fritas sem qualquer requinte; ao usarem esta expressão estão a colocá-los simbolicamente numa categoria baixa. A título de exemplo, uma das mulheres que entrevistei de Angola lembra-se de a mãe não convidar os portugueses da Madeira para jantar porque não os queria em sua casa, queria apenas relacionar-se com os de Angola e ser associada a este grupo. Os portugueses de Angola também consideravam os de Moçambique como um grupo abaixo do seu, e os de Moçambique olhavam para os de Angola como um grupo inferior ao seu. Em relação aos portugueses de Moçambique e da Madeira, o tipo de tensão era o mesmo. Havia uma tensão de classe e não se davam muito entre si. Os de Moçambique consideravam os da Madeira como um grupo abaixo do seu.

OEm – Pode dizer-se que havia uma comunidade portuguesa?

PG – Não. Apesar de partilharem uma ligação a Portugal, tratava-se de três grupos complexos devido aos diferentes níveis de qualificação escolar e de classe, entre outras diferenças. Foi aqui que a igreja católica desempenhou um papel importante em relação aos portugueses que moravam dispersos uns dos outros, em aldeias ou cidades pequenas, distantes umas das outras. Isto como resultado da estrutura de *apartheid* que não queria grupos organizados concentrados. A intenção do *apartheid* era os brancos poderem ser assimilados, daí estarem distribuídos por todo o território.

OEm – E em relação ao contexto mais recente?

PG – Os portugueses na África do Sul eram associados aos portugueses da Madeira e estereotipados como os “brancos pobres” pelos africânderes “brancos”. Eram considerados uma classe trabalhadora que estava no estrato mais baixo dos “brancos”. Os portugueses de Angola eram conhecidos como os “*sea caferers*”, como “mar e café”, significando que vieram através do mar, de Angola, e a sua cor era negra como a do café, por terem algum sangue africano, como um modo de referirem que eram mais escuros que os outros portugueses. Durante o *apartheid*, mais concretamente nos anos 80, são também chamados de “*poras*”, que é simultaneamente uma palavra africânder para pessoas portuguesas, e um palavrão, tendo um duplo sentido. É ofensivo. É como chamar algo a alguém, tendo implícito um outro significado depreciativo. Agora já não são representados como “*poras*”. No pós-*apartheid* há alguma noção de comunidade portuguesa e de algum orgulho nisso, com os três diferentes grupos a frequentarem as mesmas igrejas, os mesmos clubes de desporto e restaurantes. Na África do Sul há cerca de 5.000 pessoas que são identificadas com nacionalidade portuguesa, de acordo com os censos de 2001, mas algumas pessoas afirmam que existem cerca de 800.000 portugueses...

OEm – É difícil saber o número exato porque as estatísticas excluem os portugueses que tenham dupla nacionalidade, e a maioria tem, como o *website* do OEm refere, na página da África do Sul...

PG – Sim. Os portugueses que vivem em Joanesburgo são bastante cativos no sentido de terem associações como clubes de futebol e associações da igreja. Há um bairro nos subúrbios de Joanesburgo que é conhecido pela população portuguesa. Em particular, uma peixaria famosa, uma outra loja com produtos portugueses, uma pastelaria chamada Belém com pastéis de Belém. Têm também um jornal dos portugueses, *O Século*. As pessoas vão a restaurantes portugueses, que são conhecidos pelo camarão e pelo bacalhau. É uma forma de identificar os portugueses na África do Sul, através da comida e do futebol.

OEm – Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

PG – Sim. Há um outro tema que ando a pesquisar e, embora precise de aprofundar mais, gostaria de discutir a ideia de Joanesburgo como uma cidade pós-colonial portuguesa (para além de ter outras identidades da cidade). Joanesburgo pode ser considerada uma cidade pós-*apartheid*, mas penso que é também como uma cidade pós-colonial portuguesa, pela imigração com origem em Moçambique, uma ex-colónia portuguesa, de pessoas que agora trabalham em serviços para outros portugueses “brancos”. Há, por isso, uma relação interessante entre os colonizadores/colonizados que existia em Moçambique e que foi reproduzida de uma forma complexa na África do Sul em termos de classe e de estatuto, porque já não é mais uma relação entre colonizadores e colonizados, mas uma relação de trabalho entre patrões portugueses “brancos” que empregam moçambicanos. É uma espécie de neocolonialismo porque eles precisam de pessoas que falem português para trabalharem com eles nos restaurantes, nas lojas, e por isso empregam moçambicanos que falem português e que foram também para a África do Sul depois da descolonização, e da conseqüente guerra civil. Para além desta dinâmica, há os portugueses de Angola e da Madeira. Conheci na África do Sul um português cuja família tinha emigrado da Madeira, e levou-me um dia a dar um passeio pela zona a que chamamos Joanesburgo português. Passámos o dia a falar apenas português, conheci pessoas que falavam português (embora também falassem inglês), fui a um club onde se juntam e a um restaurante português...

OEm – É uma espécie de “Little Portugal” dentro de Joanesburgo.

PG – Sim. Fomos também comer pastéis de nata num café e fomos a um espetáculo de dança tradicional portuguesa, o folclore. Há também um festival anual chamado LusitoLand, em que durante alguns dias há celebrações relacionadas com a cultura portuguesa. Os portugueses são um grupo muito enérgico. Agora têm muito mais contacto com os sul-africanos, há casamentos entre os portugueses e os sul-africanos, mas continuam a ver-se como um

grupo de origem imigrante. Para analisar os portugueses na África do Sul é necessário perceber que têm uma história com várias perspetivas: depois do *apartheid*, os diferentes grupos de portugueses tornaram-se mais próximos, bastante enérgicos a tornarem mais visível a cultura portuguesa na África do Sul, por um lado. Mas, por outro, estão mais afastados porque convivem muito mais com os outros portugueses dos países de onde vieram – como Angola, Moçambique ou a região da Madeira – o que transmite tensões entre os grupos. Por exemplo, os portugueses da Madeira começaram a ir visitar os familiares na ilha, enviam também mais remessas, ou seja, fortaleceram os laços. O Joe Berardo é um dos casos mais visíveis publicamente, que permite analisar o reatar de relações entre a África do Sul e a Madeira e, em termos mais gerais, com Portugal. Agora, os diferentes grupos de portugueses estão todos a mudar os laços com o país de onde vieram, fortalecendo-os. Estão também a tentar obter nacionalidade portuguesa devido às facilidades da União Europeia. A realidade dos diferentes grupos de portugueses na África do Sul é muito complexa.

OEm – Mas considera que os três grupos de portugueses estão integrados na África do Sul, ou funcionam mais em grupos isolados?

PG – No pós-apartheid os portugueses passaram a estar mais integrados na sociedade como um grupo e as diferenças entre eles tornaram-se mais ténues devido ao papel da igreja católica, das associações portuguesas, dos clubes de desporto, ou seja, dos centros para promover a cultura portuguesa, assim como através do Dia de Camões, dos pastéis de nata, do futebol e da religião. Falam português, têm missa em português, e penso que as diferenças entre os portugueses de Moçambique, de Angola e da Madeira em África do Sul tornaram-se mais ténues.

OEm – Para terminar, pode falar de como o facto de ter passado a viver na África do Sul influenciou a sua investigação?

PG – Da minha experiência pessoal, mudar-me como académica dos EUA para a África do Sul abriu-me novas pistas de investigação, tanto analíticas como classificatórias. Levou-me a refletir sobre Goa de uma perspetiva diferente e sobre as suas ligações com Moçambique, assim como sobre o enquadramento dos portugueses em África. Penso que isso não aconteceria se eu continuasse a investigar a partir dos EUA. Nunca teria tido acesso à perspetiva dos próprios migrantes, como tive na África do Sul. Portanto, a localização de onde se vive e se trabalha muda bastante a perspetiva e o tipo de perguntas a que o investigador se coloca.

[Entrevista realizada em Lisboa, 27 de julho de 2012, revista para publicação em dezembro de 2018]

OEm

Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa -, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o CIES-IUL, o Centro de Estudos Geográficos (CEG), da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia (IS-UP), da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS), da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Conversations With, 11
Título	De Moçambique e Angola para África do Sul: entrevista com Pamila Gupta
Autores	Cláudia Pereira
Editor	Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL
Data	dezembro de 2018
ISSN	2183-718X
DOI	10.15847/CIESOEMCW112018
URI	

Como citar Pereira, Cláudia (2018), "De Moçambique e Angola para África do Sul: entrevista com Pamila Gupta", *OEm Conversations With*, 11, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
DOI 10.15847/CIESOEMCW112018

www.observatorioemigracao.pt



Parceiros



Centro de Estudos Geográficos
IGOT - UNIVERSIDADE DE LISBOA



Apoios



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



COMUNIDADES
PORTUGUESAS